

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

17/9

3

19/09/90

FRS-ORF.01-0147

Igrejas discutem novo Estatuto da Criança

O Estatuto da Criança e do Adolescente, que entra em vigor dia 12 de outubro, deverá criar um impacto em instituições como a Febem. A previsão é do sociólogo e agente da Pastoral do Menor Júlio César Lira que participa de hoje até domingo da 10ª Semana Eclesiástica do Menor.

Segundo ele, o impacto é necessário para que se introduza uma nova postura diante do menor marginalizado. O estatuto passará a substituir o Código de Menores que deixa praticamente todas as decisões nas mãos dos juízes. "Com o estatuto o menor é um sujeito do Direito e não um objeto nas mãos da sociedade", acrescentou.

César Lira acredita que a Febem vai precisar mudar ainda mais para abrigar os menores infratores. O estatuto prevê a educação do adolescente que cometeu um crime. "Muitas vezes a Febem é o tipo de instituição que distorce a personalidade", salientou.

O agente da Pastoral disse que "todos saem perdendo com a atual situação do menor: ricos e pobres, adultos e crianças". Com o estatuto a punição máxima é de três anos de internação para o adolescente que cometeu um crime mais grave. A novidade com a nova lei é a possibilidade do juiz determinar que o menor preste serviços à comunidade gratuitamente como forma de pagar a infração cometida.

A lei, segundo César Lira, foi "construída coletivamente a partir de vivências antes da promulgação da Constituição". Para ele, "em termos de legislação mundial sobre o menor, a brasileira é de primeira linha". A elaboração do Estatuto do Menor teve influência das Igrejas cristãs e de entidades de direitos humanos.

Mais de 750 membros das Igrejas católica, metodista, luterana, anglicana e do Conselho Latino-Americano das Igrejas, participam da Semana, que acontece no Centro Pastoral São José, na rua Álvaro Ramos, 366. Dom Luciano Mendes, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), deverá participar do evento.

Alfabetização depende de mais justiça social

Cary Ribeiro



Darcy Ribeiro e o aniversariante Paulo Freire no Caetano de Campos

Priorizar a educação básica em uma política nacional de combate à pobreza, promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico foram as principais propostas apresentadas ontem ao término do Congresso Nacional de Alfabetização, que durante três dias reuniu perto de dois mil educadores de 35 municípios paulistas e de outros Estados. Realizada no Teatro Caetano de Campos, a solenidade de encerramento do evento contou com a presença do secretário de Educação do município, Paulo Freire, e do antropólogo Darcy Ribeiro, ex-secretário estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Paulo Freire, que comemorou ontem 69 anos, com direito ao Parabéns à Você da platéia, ressaltou a importância da iniciativa do Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização em promover o congresso, representando uma oportunidade para reflexão e discussão em torno de um dos mais graves problemas do País. Freire lembrou que a alfabetização não significa apenas "um exercício mecânico de decorar e soletrar palavras, mas sim o

constante desafio de fazer uma leitura do mundo". Já Darcy Ribeiro, que aproveitou a ocasião para apresentar-se como candidato do PDT ao Senado, afirmou ter participado de inúmeros congressos de educadores "que acabam sempre se perdendo em discussões pedagógicas, sem atentar para o aspecto necessariamente político da questão".

No entanto, Maria Clara Di Pierro, representante do Centro Ecumênico de Documentação e Informação e membro do comitê organizador do congresso, advertiu que o analfabetismo não é concebido como um fato isolado, mas sim como a decorrência de uma conjuntura econômica e social caótica. É por esse motivo que o documento aprovado pelos congressistas destaca que "a história tem mostrado que nenhum país do mundo contemporâneo alcançou níveis elevados de alfabetização sem que suas populações tenham conquistado, simultaneamente, uma melhoria substancial nas suas condições de vida e uma distribuição de renda mais equitativa".

	1985	1986	1987	1988	1989
Ótimo/bom	50	53	62	50	60
Regular	33	34	27	35	28
Ruim/péssimo	15	11	8	14	9
Não sabe	2	2	3	1	3

Evolução da avaliação do governador Orestes Quércia (PMDB-SP) em São Paulo - em %



FOBHA
A-6